

Brasil amplia moratória por falta de reservas

BRASÍLIA — “Nós não temos reservas para dar e vender”. Foi este o principal motivo, segundo o ministro da Fazenda, Luís Carlos Bresser Pereira, que levou o governo brasileiro a ampliar a moratória, através da suspensão do pagamento de mais 1 bilhão de dólares devidos aos governos que integram o Clube de Paris. A medida, porém, não pode ser encarada como um gesto de confronto. “Não se trata de agressão. O sistema financeiro já estava esperando por isso”, disse o ministro, que já enviou telex à instituição oficializando a medida.

Para Bresser Pereira, o fundamental é proteger as reservas internacionais do país, “que não podem ser diminuídas”, para não inviabilizar o programa econômico interno. Explicou que os membros do Clube de Paris não estavam cumprindo o acordo fechado em janeiro com o Brasil, que previa a liberação de recursos desde fevereiro. O Clube de Paris suspendeu todos os desembolsos ao Brasil, de cerca de 900 milhões de dólares, a partir da decretação da moratória junto aos bancos privados, em 20 de fevereiro.

— Parece que eles resolveram se solidarizar de alguma forma com os bancos privados e suspenderam os desembolsos. Em função disso, nós resolvemos suspender o pagamento a eles também — explicou Bresser.

Mas nem todo o pagamento da dívida com o Clube de Paris (que reúne as agências oficiais e os bancos de exportação dos países com quem o Brasil tem débitos vencidos) foi suspenso — apenas o relativo ao principal devido este ano, referente aos empréstimos obtidos antes de 1983, num total de 1 bilhão de dólares.

“Nós continuamos a pagar os juros, o dinheiro que nos emprestaram a partir de 1983

e também o dinheiro relativo ao reescalonamento feito com o Clube de Paris no início do ano”, informou o ministro da Fazenda.

Segundo ele, não está havendo queda das reservas internacionais do país, mas a moratória se justifica para evitar que o crescimento das reservas sofra um retrocesso. “Elas já estão estáveis e deverão aumentar até o fim do ano, quando poderão atingir um nível razoável”, disse. De acordo com o ministro da Fazenda, “nível razoável” seria algo em torno de 7 bilhões de dólares.

A medida já vinha sendo analisada há algum tempo no Ministério da Fazenda, a partir do momento em que o Clube de Paris parou de desembolsar recursos para o Brasil e negou, há cerca de um mês, o adiamento da dívida brasileira vencida em 30 de junho. O Clube de Paris enviou telex ao governo brasileiro rejeitando a prorrogação e reivindicando o pagamento de toda a dívida, precipitando, assim, a decisão brasileira de ampliar a moratória — antes restrita aos bancos comerciais — aos governos.

☐ O presidente do Banco Central da Bolívia, Javier Nogales, está em Brasília desde o início da semana tentando quebrar o impasse nas negociações para o reescalonamento da dívida externa de 250 milhões de dólares da Bolívia com o Brasil. Nogales conversou com o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, e outras autoridades financeiras, mas não conseguiu convencer o Brasil a refinarçar a dívida boliviana em dez anos, com cinco de carência. Segundo Nogales, o Brasil, que é o maior credor externo da Bolívia, “é muito duro com seus devedores”.